



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
Comitê de Tecnologia da Informação

**ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Aos dez (10) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez (2010), às quatorze horas, na Sala de Sessões da Procuradoria-Geral de Justiça, reuniu-se ordinariamente o **Comitê de Tecnologia da Informação**, instituído pela **Instrução Normativa GPGJ nº 003/2007**, de 1º de outubro de 2007, com a composição constante da **PORTARIA Nº 1909/09**, publicada no Diário da Justiça de 13.11.2009. Presentes o **Procurador-Geral de Justiça Dr. Oswaldo Trigueiro do Vale Filho**, Coordenador do Comitê, o **Procurador de Justiça Dr. Alcides Orlando de Moura Jansen** – Subcoordenador do Comitê, o **Promotor de Justiça Alexandre César F. Teixeira** - Assessor Técnico, o **Promotor-Corregedor Dr. Jonas Abrantes Gadelha**, o **Promotor de Justiça Valério Costa Bronzeado**, a Diretora de Planejamento **Dr^a. Maria Aparecida Peixoto Wanderley** - Secretária do Comitê, a Diretora de Tecnologia da Informação **Roberta Pereira Cabral**, o Chefe de Departamento de Suporte Técnico e de Rede **Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis**, o Chefe de Departamento de Desenvolvimento de Sistemas **Jefferson Ferreira Barbosa** e o Assessor de Informática **Daniel Cavalcanti Lins Falcão**. A reunião foi aberta pelo Coordenador do Comitê – Procurador-Geral Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, que fez a saudação inicial e submeteu à aprovação dos presentes as Atas da vigésima sexta e vigésima sétima reuniões, sendo assinada por todos os componentes. Na ocasião, reportou sua satisfação com a ida da Diretora de Tecnologia Roberta Cabral e dos Chefes de Departamento de Suporte Técnico e de Rede- Uirá Silva de Assis e de Desenvolvimento de Sistemas - Jefferson Barbosa ao Ministério Público do Estado de Goiás, demonstrando sua filosofia de trabalho, de investir na base, em modelos simples, mas eficazes. Disse que solicitou ao Secretário-Geral do Ministério Público que oficiasse aos Promotores de Justiça para saber das necessidades prementes, com fins de se proceder a uma avaliação para as providências possíveis, no tocante à informática. Ato contínuo passou a palavra ao Subcoordenador do Comitê – Procurador de Justiça Dr. Alcides Jansen que, cumprimentou a todos, salientando a presença de Dr. Valério que estava retornando das férias. Em seguida, referiu-se a uma preocupação com a reforma do prédio anexo, na parte planejada para o setor de TI, em relação a questão de segurança, levando em conta a instalação de catracas e do chamado “*piso falso*” necessário para abrigar o *datacenter*. Sobre isto o Dr. Oswaldo indagou à DITEC se houvera solicitação daquele setor à Engenharia nesse sentido, e pediu para reiterar, por memorando, a necessidade de se implementar esses equipamentos, ficando o Técnico Jefferson responsável pelo envio do expediente referido. Continuando, Dr. Alcides pediu aos servidores da informática para relatarem a visita realizada ao Ministério Público de Goiás, tendo a Diretora Roberta o atendido de pronto, reportando a excelente recepção dada à comitiva paraibana pelos dirigentes da Superintendência de Informática do MP goiano. Acrescentou que todos no MP-GO externaram seu interesse em colaborar com o

crescimento dos Ministérios Públicos de outros estados, mostrando os passos que foram dados em Goiás para se conseguir a mudança desejada. Disseram que há cerca de três anos a realidade deles era semelhante a do Ministério Público Paraibano hoje. Ainda com a palavra, a Diretora afirmou que a Instituição tem agora um ótimo modelo a ser seguido, focado não apenas na resolução de problemas e sim em estender as ações para a análise de situações que possam ser melhoradas com a adoção de novas ferramentas e soluções. Prosseguiu o relato, informando que como primeira atividade, foi realizada a apresentação do Planejamento Estratégico, alinhado com a Tecnologia da Informação e passou a palavra para o Técnico Uirá que, também bastante impressionado com o trabalho do setor do Ministério Público Goiano, afirmou que o alinhamento citado é feito através do Plano Diretor cuja elaboração ocorre anualmente. Comentou que a estrutura de atendimento montada é bem interessante e funcional, sendo distribuídas as funções de modo a não se estancar alguma atividade já iniciada, ou seja, as atribuições são bem definidas. Citou como exemplo, a existência de uma equipe de *helpdesk*, destinada a resolver via telefone os problemas que possam surgir e dar as orientações necessárias, esclarecendo que acaso o problema não seja solucionado remotamente, há outra equipe responsável para resolver *in loco*. Ressaltou que essa divisão de tarefas facilita e agiliza o desenvolvimento do trabalho do setor, dando uma organização bastante satisfatória. No ponto, referiu-se ainda a questão do inventário, que é feito pelo Departamento de Patrimônio, diferentemente do que ocorre no Ministério Público da Paraíba, onde aquele é realizado pelos técnicos de informática. Nesse item, Dr. Oswaldo destacou a necessidade urgente em se aliviar as demandas, transferindo-as para os setores realmente competentes e sugeriu uma reunião para proceder a uma reorganização. Retomando a fala, Uirá comentou sobre a organização da central de atendimento e disse que com a contratação de estagiários, esta central poderá ser desenvolvida aqui. Nesse momento, Dr. Alcides Jansen informou que, provavelmente no mês de abril, os estagiários estarão contratados e Roberta acrescentou que será preciso treiná-los para fazer parte dessa central de atendimento. Dr. Alcides ponderou sobre a validade de se fazer treinamento dessa natureza com estagiários, não adiantando nenhuma posição quanto ao fato, ficando a matéria em discussão. Logo depois Dr. Oswaldo solicitou do setor de Tecnologia a **elaboração de um projeto para o ano de 2010** e o Técnico Uirá disse que este já está em execução e que essa política de atendimento irá constar do seu conteúdo. **Ficou determinado que o Projeto será apresentado na reunião seguinte.** Em relação à aquisição de computadores, o Chefe Uirá afirmou que em Goiás se utiliza uma política de renovação anual de 25% (vinte e cinco por cento) do parque de informática, gerando economia significativa por eliminar compra de suprimentos (memória, HD, etc), além de melhorar a auto-estima e a produtividade dos profissionais. Disse ainda, que essa diretriz diminui o custo com viagens para identificação e solução de possíveis problemas com estações de trabalho fora da Capital e destacou a padronização feita com base no período de garantia e não nos modelos e marcas dos equipamentos. Na sequência, o técnico Jefferson se reportou a idéia de se isolar o setor de tecnologia da informação do mesmo modo que foi visto na visita a Goiás. Dr. Oswaldo disse que essa é uma possibilidade para ser analisada e para posterior deliberação. Retomando, Jefferson voltou a comentar sobre a importância da definição de atribuições no setor de Tecnologia e solicitou que fosse vista uma maneira de se treinar alguém para elaborar os Termos de Referência para as licitações. Informou que no Ministério Público de Goiás houve um treinamento de uma pessoa para se ocupar disso e que algumas práticas lá adotadas, poderiam ser feitas aqui, desde que se tivesse mais condições em termos de pessoal e redistribuição

de serviços. Citou como exemplo a fábrica de softwares. Sobre o tema Dr. Alcides indagou quanto à possibilidade de se utilizar alguma dessas ferramentas no MPPB e foi informado por Jefferson que, na área fim, há um avanço com o uso do Sistema Arquimedes, mas que a partir de uma análise cuidadosa é possível a implantação de alguns sistemas a serem utilizados na área meio, em forma de um projeto piloto. Sobre a customização do Zimbra, também observada no Ministério Público de Goiás, o Técnico Uirá afirmou que é necessário adquirir a licença, ficando o ponto a ser discutido depois. Quanto à infraestrutura, ele destacou o avanço da instituição paraibana no processo de implementação das redes, mas no que se refere ao Servidor registrou uma eficiência maior em Goiás. Nesse ponto, a Diretora de Tecnologia comunicou ao Procurador-Geral que no projeto a ser apresentado sobre as ações previstas para este ano, serão expostas todas as etapas relativas a aquisições para se alcançar as metas desejadas para o Ministério Público da Paraíba. Passando para o segundo ponto da pauta de assuntos, Dr. Alcides solicitou uma posição da equipe de informática sobre o Programa *Laserfish*, apresentado na reunião anterior, o qual lhe pareceu interessante, contendo recursos que poderiam atender algumas demandas da Instituição. O Assessor Daniel disse que fez um estudo e considera o programa de certa forma antiquado, informando que já existem outros mais modernos. Jefferson comunicou, todavia, que será feito um estudo maior na questão da utilização para o arquivo e apresentado na reunião seguinte. Na sequência, Dr. Bertrand comentou a solução encontrada para o setor de Recursos Humanos, dizendo que o programa adotado no Tribunal de Justiça será o melhor. Ato contínuo, Dr. Oswaldo orientou que a DITEC elaborasse **Parecer** sobre o referido programa e informou que a prioridade para o primeiro semestre é o atendimento das necessidades do Departamento de Recursos Humanos, ficando a prioridade do segundo semestre para a DIAFU. O Parecer da Diretoria de Tecnologia com relação a Laserfish foi que inicialmente atenderia ao setor de Arquivo da Instituição, tendo em vista o grande volume de documentos que hoje encontra-se acumulado naquele ambiente e que poderiam ser digitalizados e disponibilizados em formato digital para posterior consulta, desta forma seria dado um excelente passo no sentido da otimização do serviço desempenhado pelo setor de arquivo. Disse, também, que dependendo da análise a ser feita, e do Parecer do setor de Tecnologia, o Programa do TJ poderá ser adotado ainda em março. Passando a outro ponto, Dr. Alexandre César comunicou que o **Mapa das Promotorias** está em fase final e fez a apresentação através de *slides*. Disse que estão incluídas informações como IDH, arrecadação municipal, quantidade de habitantes, total de membros, além do endereço e telefones funcionais daqueles; disse ainda, que o mapa é aberto, podendo se acrescentar dados que sejam considerados importantes. Em relação ao funcionário responsável pela alimentação ficou designado, pelo Procurador-Geral, o nome de **César Sales dos Santos** do quadro da Diretoria Administrativa. O ponto do Mapa das Promotorias continuou em pauta para discussão a posteriori, sobretudo quanto à finalização do trabalho. No que se refere à contratação da empresa integradora para mensagens enviadas por celular, foi feito um contato, segundo informação do Técnico Jefferson, mas não foi tomada nenhuma decisão a respeito e quanto ao link da Assessoria Técnica, Dr. Alexandre César disse está encaminhado, mas precisou suspender em função do concurso. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Procurador-Geral deu por encerrados os trabalhos, e Eu, Maria Aparecida Peixoto Wanderley, Secretária, lavrei a presente ata, que assino com os demais membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba. **Em João Pessoa, aos 10 de fevereiro de 2010.**

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Procurador-Geral de Justiça
Coordenador do Comitê

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça- Subcoordenador

Bertrand de Araújo Asfora
Promotor de Justiça

Jonas Abrantes Gadelha
Promotor-Corregedor

Alexandre César F. Teixeira
Promotor de Justiça

Valério Costa Bronzeado
Promotor de Justiça

Maria Aparecida Peixoto Wanderley
Diretora de Planejamento-Secretária do COMTI

Roberta Pereira Cabral
Diretora de Tecnologia da Informação

Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis
Chefe de Deptº. de Suporte Técnico e de Rede

Jefferson Ferreira Barbosa
Chefe de Deptº. de Desenvolvimento de Sistemas

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Assessor de Informática